

**COMUNIDADE DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: PRÁTICAS
TERRITORIAIS VOLTADAS PARA A INFÂNCIA-JUVENTUDE NO MUNICÍPIO
DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL.**

Educação

Coordenador da atividade: Diego E.R. Godoy ALMEIDA¹

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

**Autores: Roberta SOARES²; Rafaela dos Passos MÜLLER³; Maria Victória
COSTA⁴; Luciana CORDEIRO⁵**

Resumo

Introdução: levando-se em conta a vulnerabilidade e a condição infanto-juvenil no território Dunas, docentes do núcleo de Terapia Ocupacional Social da UFPel propuseram a criação de uma “comunidade de práticas emancipatórias” CoPE, a fim de fomentar alternativas de pesquisa, formação e extensão que perseguissem a democratização do bem público universitário por meio de práticas coletivas. **Objetivo:** relatar as experiências territoriais desenvolvidas junto às escolas e UBS, destinadas à infância/juventude. **Metodologia:** Elegeu-se a pesquisa-ação emancipatória (PAE), que tem como finalidade a produção de saberes implicados com a transformação social, por meio de processo educativo facilitador, resguardando a participação radical das pessoas envolvidas e o desenvolvimento de consciências críticas. **Processos:** foram empregadas diferentes técnicas, como as caminhadas, reuniões com equipamentos públicos e lideranças sociais, oficinas de atividades, dinâmicas e projetos, rodas formativas. **Conclusões:** As ações realizadas até o presente momento, proporcionaram, simultaneamente, a produção de saberes sobre o território, bem como (re)conhecimentos entre atores, com vistas à consolidação de uma comunidade de práticas. O estímulo à participação social de todos os atores aconteceu mediante as estratégias de deflagração da realidade e convite ao engajamento nos problemas coletivos.

Palavras-chave: comunidade de práticas; terapia ocupacional social; infância e juventude

Introdução

A Comunidade de Práticas Emancipatórias (CoPE) no território Dunas está vinculado ao Laboratório de Práticas Emancipatórias e Territoriais (LAPET) do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Consiste em um programa integrado de ensino, pesquisa e extensão, voltado para a produção de práticas

¹ Diego E. R. Godoy Almeida, docente, curso de Terapia Ocupacional da UFPel

² Roberta Soares, discente, curso de Terapia Ocupacional da UFPel.

³ Rafaela dos Passos Müller, discente, curso de Terapia Ocupacional da UFPel.

⁴ Maria Victória Motta da Costa, discente, curso de Terapia Ocupacional da UFPel.

⁵ Luciana Cordeiro, docente, curso de Terapia Ocupacional da UFPel.

educativas em Terapia Ocupacional Social, pautadas no pensamento crítico e em metodologia participativa, em vigor desde janeiro de 2019. Neste artigo, serão apresentados relatos iniciais, embora promissores, de ações territoriais desenvolvidas em duas escolas municipais do bairro Dunas.

Esse bairro teve sua origem no Loteamento Dunas, que foi um projeto habitacional criado em meados dos anos 1980, em decorrência da grande demanda por moradia na cidade de Pelotas. Neste território, verificam-se sérios problemas de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, recolhimento de lixo, além de problemas relativos à habitação, resultando em condições precárias de vida e saúde do bairro (MEREBA, 2011).

Levando-se em conta tal condição de vulnerabilidade, entendida aqui como marca da precarização dos vínculos de trabalho e fragilização da rede social de suporte (CASTEL, 2010), docentes do núcleo de Terapia Ocupacional Social da UFPel propuseram a criação de uma “Comunidade de Práticas” a fim de reafirmar o compromisso da universidade com a população, fomentando alternativas de pesquisa, formação e extensão que persigam a democratização do bem público universitário, por meio de práticas coletivas responsivas aos problemas sociais (SANTOS, 2010)..

Após alguns meses de investimento no território, divisa-se uma comunidade de práticas nascente, composta pelos educadores das duas escolas públicas da região, profissionais da saúde, cultura, assistência social, além dos acadêmicos da UFPel. No que toca aos aspectos acadêmico-formativos, destaca-se a relevância ética e política da aprendizagem comprometida com a realidade e suas contradições. Para a Terapia Ocupacional, tanto tempo firmada em pressupostos positivistas da saúde e em vias de ampliação epistemológica, as ações extensionistas que serão descritas estabelecem novos parâmetros teórico-metodológicos oriundos do campo social e que se voltem para ele (GALHEIGO; OLIVER, 2016).

O objetivo deste artigo, portanto, consiste em relatar as experiências territoriais desenvolvidas junto às escolas, com apoio da UBS, destinadas à infância/juventude. As duas instituições educacionais, uma de educação infantil e outra de ensino fundamental, levantaram inúmeras problemáticas que acometem o cotidiano escolar, questões essas, invariavelmente, sobredeterminadas pelos problemas territoriais de ordem econômica, política e ideológica. O desempenho escolar dos alunos foi relatado como o menor dos problemas, já que outros fenômenos atrelados à violência (de gênero, racial, bullying, etc.), ao tráfico de drogas, à gestação precoce, à questões familiares e socioeconômicas colocam-se como obstáculos para a manutenção dos alunos no espaço escolar.

Embora a finalidade das comunidades de práticas seja mais ampla, neste trabalho cumpre-se a tarefa de produzir reflexões, não sobre o resultado das ações em termos de sucesso e eficiências, mas sobre os processos educativos ativadores das inteligências coletivas de todos os atores, da criticidade, da participação social, da produção de saberes e engajamentos emancipatórios ante os problemas que permeiam a infância e a juventude pelotense.

Metodologia

Elegeram-se a Pesquisa-Ação Emancipatória (PAE), metodologia de pesquisa participativa, que tem como finalidade a transformação da realidade por meio de processo educativo facilitador da construção de práticas sociais emancipatórias. Tem como princípios: 1) A participação radical das pessoas envolvidas; 2) O desenvolvimento de processo educativo por meio de ciclos em espiral (sistematização da problemática, reflexão e construção de conhecimento, proposição de ações para responder os problemas elencados, avaliação do processo); 3) A produção de conhecimento crítico sobre a realidade que se quer aprofundar; 4) A transformação de práticas sociais (CORDEIRO, 2016).

Segue-se, assim, que essa forma de pesquisar reconhece na experiência prática uma importante fonte de conhecimento, passível de validação e sistematização científica. Trata-se de um processo sucessivo de ciclos em que a experiência e aprendizagem advinda da ação, somada à transformação da realidade, tornam-se o ponto de partida para um novo ciclo de investigação coletiva e autorreflexiva, incorporando um conhecimento mais extenso e relevante de outras fontes para informar a análise e ação (LOEWENSON et al, 2014). Na PAE, os saberes de todos os participantes são igualmente considerados no processo de pesquisa, nutrindo-se da diversidade, todavia sem negar os dissensos e negociações. A própria participação, tornada cada vez mais densa e respeitosa, já consiste em importante produto da pesquisa.

Desenvolvimento e processos avaliativos

A título de organização textual, os princípios previstos na pesquisa participante serão descritas abaixo, resguardando a circularidade e imprevisibilidade de todo o processo.

- 1) A participação radical das pessoas envolvidas:
 - Reuniões com a UBS e escolas para levantamento de demandas e pactuação de ações;

- Mapeamento do território pelo *caminhar*, técnica oriunda da Antropologia Urbana proposta por José G. Magnani (2005), através da qual informações sobre a natureza do espaço, características dos moradores, formas de lazer, tipos de comércio e fonte de renda, riscos e potencialidades do território, foram coletadas. Nesta atividade, contou-se com a mediação das Agentes Comunitárias de Saúde.
- Construção de um instrumento de mapeamento do território.

Após sistematização das informações registradas em caderno de campo e nas atas de reunião, observou-se que as representações sobre a infância no Dunas, alimentada pelos professores, equivale ao “arcaísmo cultural” e passividade. A missão da educação, neste sentido, seria a inculcação de “boas maneiras” e alfabetização, colocando o brincar e cuidar, como elementos de menor importância. Já a condição juvenil é reveladora de uma rede de apoio frágil, sociabilidade e lazer reduzidos em decorrência do tráfico de drogas e ausência de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer. A juventude, semelhante às representações da infância, seria uma fase de ameaça, risco. À escola caberia o papel de ocupação do tempo e competição com atrativos imorais ou ilegais do território.

2) Espiral de ações:

- Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos (LOPES, et al. 2014): Utilizando-se de diferentes técnicas como Mapeamento Corporal, Ecomapa, rodas de conversa, atividades gráficas, etc., objetivou-se conhecer o cotidiano juvenil e promover formas de reflexão sobre temas, como violência, identidade, educação, uso de drogas, entre outros;
- Rodas formativas em uma escola de ensino infantil, pensando junto aos educadores/professores ferramentas para lidar com as demandas relacionadas à sexualidade infantil, sobrecarga do ofício, a escassez de materiais e equipamentos para o trabalho e a necessidade de debate acerca das políticas de educação infantil.

3) A produção de conhecimento crítico sobre a realidade: recorrendo à noção de *experiência* de Walter Benjamin (LESSA, 2016), notou-se poucas possibilidades de trocas simbólicas e memórias entre a adultez e infância/juventude, o que implicaria em ausência de diálogo, conflitos, violências, silenciamento cultural e fragilidade da autoridade escolar. *Amanualidade* foi outro conceito importante, de Álvaro Vieira Pinto (1960), tendo em vista a natureza educativa emancipatória de todas as práticas da CoPE. Os conflitos intergeracionais, o sentimento de impotência dos serviços e a tendência à naturalização das injustiças apontaria para reduzida (mas não nula) capacidade de “manuseio” dos recursos disponíveis para transformação das realidades. Tal panorama abriu espaço para acordos iniciais entre os atores envolvidos, reconhecendo, inclusive, potencialidades já existentes.

Considerações Finais

A CoPE funcionou como potente instrumento na construção de estratégias emancipatórias que contemplam a um só tempo as singularidades envolvidas dentro do contexto plural e coletividades. Projetos como este reafirmam a contribuição da Terapia Ocupacional no campo social mediante fecunda produção de práxis direcionada ao cotidiano, dimensão vital, vista como canal de expressão da subjetividade, onde a concretude humana se concebe e produz o social (GALHEIGO, 2003).

As ações relatadas acima proporcionaram, simultaneamente, a produção de saberes sobre o território, bem como (re)conhecimentos entre atores, com vistas à consolidação de uma verdadeira comunidade de práticas de viés emancipatório, afinal, a “transformação de práticas sociais” consiste em importante pilar da Pesquisa-ação Emancipatória. As “rodas formativas” com os professores e as “oficinas de atividades, dinâmicas e projetos” oportunizaram novas formas de participação social, mediante estratégias de deflagração da realidade e convite ao engajamento nos problemas coletivos, em coerência com o que se entende por emancipação.

Em decorrência deste ciclo inicial, três novos projetos estão em fase de planejamento, em resposta às problemáticas surgidas em campo: a confecção de um jornal como estímulo à *experiência* (biográficas, escolares e territoriais); a produção de narrativas juvenis sobre o cotidiano a partir de photovoice; aproximação entre escola-famílias, mediada pela produção artística e midiática, desenvolvendo a *amanualidade* e fortalecendo os vínculos e processos comunicativos.

Por fim, os atores-discentes destacam o valor da associação entre pesquisa e ensino dentro dos programas de extensão ao reformular os processos verticalizados de erudição acadêmica pela transferência do *locus* de ensino para o campo da prática. Constata-se, assim, que a experimentação em campo suscita novas concepções acerca das ações socioeducativas implicadas com a democratização dos saberes, senso de justiça e comutação da sociedade.

Referências

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Vozes. 2010.
- CORDEIRO, L. *Pesquisa-ação na área da saúde: uma proposta marxista a parte de revisão de escopo*. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2016.

GALHEIGO, Sandra Maria. **O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social.** *Rev. Ter. Ocup.* Univ. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

LESSA, J. S. **O conceito de experiência em Walter Benjamin: elementos para pensar a educação na infância.** *Zero-a-seis*, v. 18, n. 33, p. 108-121, 2016.

LOEWENSON, R et al. **Investigación-acción participativa en sistemas de salud: Una guía de métodos,** TARSC, AHPSR, WHO, IDRC Canada, EQUINET, Harare, 2014.

LOPES, R. E. et al. **Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade.** *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v.22, p.591-60, 2014.

MAGNANI, José Guilherme C. **O circuito dos Jovens Urbanos.** *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, 2005.

MEREB, H. P. **Loteamento Dunas e sua microfísica de poder.** 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STOTZ, E. M. **Participação social. Dicionário da Educação Profissional em Saúde** [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbeter/parsoc.html>>, acesso em 03 de maio de 2019.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e realidade nacional.** Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 2 v.